

MUDANÇAS DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA PARA A BIOENERGIA: ANÁLISE DOS ACORDOS INTERNACIONAIS DE DILMA ROUSSEFF A JAIR BOLSONARO (2011-2022)

*CHANGES IN THE BRAZILIAN FOREIGN POLICY TO BIOENERGY: AN ANALYSIS OF
INTERNATIONAL AGREEMENTS FROM DILMA ROUSSEFF TO JAIR BOLSONARO*

Jéssica Duarte¹

¹Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGEEI-UFRGS), Porto Alegre, RS, Brasil. E-mail: jessica.jd.duarte@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3628-0038>

Recebido em: 30/05/2023 | Aceito em: 10/10/2023.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0



RESUMO

Apesar de ter uma posição estratégica nas políticas internacionais em energias renováveis, especialmente quanto aos biocombustíveis, o Brasil encarou desafios na política de bioenergia desde a crise do etanol. Este artigo examina as mudanças na política externa brasileira para energias renováveis nos governos de Dilma Rousseff, Michel Temer e Jair Bolsonaro, com foco na bioenergia, examinando as alterações na estrutura organizacional do Itamaraty e as iniciativas internacionais para bioenergia. Foi realizada uma análise de atos internacionais assinados pelo Brasil entre 2011 e 2022, que atesta o declínio da significância da bioenergia na PEB. Porém, o objetivo dos acordos em promover a cooperação e estimular o comércio em biocombustíveis, bem como o lançamento da Plataforma para o Biofuturo liderado pelo Itamaraty em 2016, indicam um esforço pela retomada da promoção internacional da bioenergia. Por fim, será necessário um compromisso consistente para reverter a perda de relevância do tema nos últimos anos.

Palavras-chave: Política externa brasileira, Bioenergia, Itamaraty.

ABSTRACT

Despite having a strategic position in international renewable energy policies, especially regarding biofuels, Brazil has faced crucial challenges in bioenergy policy since the ethanol crisis. This article examines the changes in Brazilian foreign policy for renewable energy in the governments of Dilma Rousseff, Michel Temer, and Jair Bolsonaro, with a focus on bioenergy, examining changes in the organizational structure of Itamaraty and international initiatives for bioenergy. An analysis of international agreements signed by Brazil between 2011 and 2022 was carried out, which attests to the decline in the significance of bioenergy in PEB. However, the objective of the agreements to promote cooperation and stimulate trade in biofuels, as well as the launch of the Platform for the Biofuture led by Itamaraty in 2016, indicate an effort to resume the international promotion of bioenergy. Finally, a consistent commitment will be necessary to reverse the theme's loss of relevance in recent years.

Keywords: Brazilian Foreign Policy, Bioenergy, Itamaraty.



INTRODUÇÃO

A energia desempenha um papel crucial nas relações internacionais, sendo reconhecida como um vetor de poder e um componente fundamental da soberania nacional. Questões globais como as mudanças climáticas, os conflitos energéticos e a volatilidade nos preços dos combustíveis destacam o impacto que o cenário internacional exerce nas políticas energéticas domésticas. Nesse contexto, as energias renováveis² constituem uma alternativa à dependência de recursos externos, como o petróleo, além de serem fundamentais na mitigação das mudanças climáticas.

No Brasil, a diversidade da matriz energética e seu potencial renovável conferem ao país o potencial de se tornar um polo de referência na diversificação da matriz energética global. De acordo com dados da IRENA em 2021, o Brasil figura como o terceiro maior produtor mundial de energia elétrica renovável, posicionando-se atrás apenas da China e dos Estados Unidos (IRENA, 2023), sendo o sexto maior consumidor de energia mundial (EPE, 2023). Sua matriz energética é caracterizada pela importante participação de energias renováveis, que representaram 47,4% na Oferta Interna de Energia no Brasil em 2022, uma proporção significativamente maior que a da matriz energética global, de 14,1% (MME, EPE, 2023). A energia apresenta, assim, o caráter de uma agenda prioritária nacional, sendo um de seus pilares a busca pela liderança no mercado internacional de biocombustíveis (Medeiros, 2011).

O Brasil é um dos líderes na produção e na promoção das tecnologias de bioenergia no mundo, e a atuação dos dois primeiros governos do presidente Luíz Inácio Lula da Silva (2003-2010) foram marcantes no âmbito da política externa para os biocombustíveis, por meio da chamada “diplomacia do etanol” (Paiva, Manduca e Berni, 2016; Ribeiro, 2015). Contudo, a crise mundial de 2008 e mudanças de foco do governo comprometeram sua presença na política externa. Ainda, as mudanças na estrutura institucional do Ministério das Relações Exteriores (MRE ou Itamaraty), sobretudo em relação às temáticas energéticas e ambientais, sinalizam novos conflitos em relação as questões de sustentabilidade. Por outro lado, a elaboração e participação do MRE na elaboração e implementação da Plataforma para o Biofuturo, uma iniciativa

² Enquanto as fontes não renováveis de energia dependem de processos em escala de tempo geológica para se tornarem disponíveis, as fontes renováveis são caracterizadas por sua disponibilidade a longo prazo por fatores naturais, como as chuvas, os ventos, a radiação solar e o ciclo de vida das plantas. São exemplos a energia hídrica, energia solar, energia eólica e a bioenergia. Esta última é gerada a partir de biomassa, isto é, material orgânico de origem vegetal e animal, que pode ser processada para obtenção de biocombustíveis como o etanol e o biodiesel (Fuser, 2013).



internacional lançada em 2016, reflete a articulação entre atores domésticos na formulação da política externa para energias renováveis (Nina, 2020).

Este estudo visa examinar as mudanças na relevância das energias renováveis na política externa brasileira, com foco na bioenergia. Assim, pretende responder à pergunta: “Qual a relevância das energias renováveis na política externa brasileira, especialmente a bioenergia, ao longo dos governos de Dilma e Bolsonaro?”. O objetivo é compreender como se deu o declínio da diplomacia do etanol e contextualizar a situação atual da Política Externa Brasileira (PEB) nesse domínio através das mudanças na estrutura organizacional e dos atos internacionais assinados pelo Brasil.

Partindo da literatura acadêmica e de documentos oficiais do Itamaraty, a primeira seção do artigo discute a relevância das questões energéticas na PEB e investiga as mudanças na estrutura institucional do MRE em relação às energias renováveis. A segunda seção aprofunda-se na discussão sobre a PEB referente à bioenergia, contextualizando as mudanças neste campo da política externa na década de 2010 e discutindo o papel do Itamaraty na Plataforma para o Biofuturo. A terceira seção utiliza uma abordagem quantitativa de análise de acordos internacionais por estatística descritiva e análise de conteúdo, utilizando como fonte a plataforma Concórdia, o acervo de atos internacionais do Brasil. O levantamento contempla 23 acordos referentes à bioenergia e biocombustíveis firmados entre 2011 e 2022. Os resultados são relacionados com as tendências da PEB dos governos Dilma, Temer e Bolsonaro. O artigo é finalizado destacando os principais resultados e apontamentos da pesquisa.

A IMPORTÂNCIA DAS ENERGIAS RENOVÁVEIS E A ABORDAGEM DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

As questões energéticas podem ser consideradas como um vetor de poder nas relações internacionais, dada a sua importância como uma ferramenta na busca pelo desenvolvimento, pela segurança e pela integração regional. Essas questões são percebidas como um componente crucial da soberania nacional (Ribeiro, 2015; Fuser, 2013). A segurança energética, o fornecimento confiável e acessível de energia para o país, figura entre os objetivos centrais de políticas energéticas de agentes e instituições do Estado, o que implica no relacionamento com outros países e organizações externas. Nesse sentido, a “diplomacia energética” expressa o emprego de



recursos energéticos como instrumento de poder ou, do contrário, a aplicação de influência para adquirir e controlar os meios energéticos (Nina, 2020; Fuser, 2013).

Globalmente, questões como as negociações referentes às mudanças climáticas ou os conflitos internacionais que afetam o mercado internacional de energia elevam as políticas energéticas nacionais para o centro das atenções nas relações internacionais (Nina, 2020). As mudanças esperadas para o sistema de energia, incluindo a transição para as fontes de energias renováveis e a consequente descentralização da geração de energia, irão redesenhar o sistema internacional de energia, inclusive na mudança nas relações de poder existentes. Por isso, os países buscam um posicionamento estratégico no futuro cenário energético (Griffiths, 2019). As negociações em torno das mudanças climáticas, como a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC), a dinâmica do mercado internacional de energias renováveis e as diferentes abordagens nacionais visando a autossuficiência energética terão um impacto definitivo no estabelecimento dinâmicas sociais, econômicas e políticas que moldarão os próximos anos (Bataille *et al.*, 2020; Griffiths, 2019; Graaf e Zelli, 2016).

O Brasil apresenta um notável potencial de liderança no cenário global de política energética, o que se relaciona especialmente ao potencial renovável da matriz energética nacional. Caracterizada por sua diversificação em fontes energéticas, que inclui uma significativa participação de energia hidroelétrica, um crescimento da produção de energia eólica e, ainda, uma notória especialização na produção de biocombustíveis, a matriz energética brasileira pode ser uma vantagem comparativa para o país (Montenegro, Paiva e Feitosa, 2020; Medeiros, 2011). O governo brasileiro orienta seus esforços tanto para atingir autossuficiência energética, reduzindo a dependência das importações de petróleo, como para consolidar seu potencial de liderança em energias renováveis (Ribeiro, 2014). Nesse contexto, o país tem o propósito de exportar esse modelo de matriz energética, destacando-se as iniciativas domésticas e internacionais voltadas para o desenvolvimento de um mercado de biocombustíveis (Medeiros, 2011).

As questões relacionadas à energia no Brasil encontram-se distribuídos em vários ministérios, agências e entidades, constituindo um arranjo institucional fragmentado de política energética. Na primeira década dos anos 2000, o MRE reconheceu a importância estratégica do papel



diplomático da energia e passou a atuar neste tema de forma mais enfática. Seu papel passou a ser a articulação dos interesses dos diversos atores nacionais do setor energético, como órgãos governamentais, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), Eletrobras, Eletronuclear, Petrobras, EPE, entre outros, com as possibilidades do cenário internacional. Assim, os processos decisórios da PEB em energia não envolvem apenas o Itamaraty, porém, esta instituição desempenha um papel unificador e determinante na formulação das políticas energéticas internacionais (Nina, 2020; Medeiros, 2011).

O envolvimento do MRE nas questões energéticas foi consolidado na estrutura institucional do MRE em 2006, com o estabelecimento, por orientação do então chanceler Celso Amorim, do Departamento de Energia do MRE³ na Subsecretaria-Geral Política I enquanto estratégia para o posicionamento do Brasil como protagonista global no setor energético. O departamento migrou para a Subsecretaria-Geral de Meio Ambiente, Energia, Ciência e Tecnologia em 2010⁴ e foi, desde sua concepção, o principal órgão da burocracia brasileira para a condução de diplomacia energética até 2019 (Nina, 2020). Pela própria complexidade dos temas relativos às questões energéticas, além da coordenação com outros órgãos governamentais e entidades, o Departamento de Energia também articulava com as demais áreas do Itamaraty que tangenciassem esses assuntos. Ainda, em 2018, o Itamaraty passou a integrar o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), um órgão de assessoramento da Presidência da República (Brasil, 2018b).

Nos últimos anos, as mudanças na estrutura organizacional para questões energéticas do MRE refletem as instabilidades e os conflitos de interesses que permeiam esse tema, sobretudo às energias renováveis. Em relação às questões ambientais, o ceticismo climático e a rejeição às imperativas de sustentabilidade ambiental, personificadas pelo então ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo (2019-2021), tiveram forte influência na política externa energética (Pereira e Viola, 2021). Já em janeiro de 2019, o Departamento de Energia foi substituído pelo

³ O Decreto nº 5.979, de 6 de dezembro de 2006, define o Departamento de Energia, composto pela Divisão de Recursos Energéticos Não Renováveis (DREN) e a Divisão de Recursos Energéticos Novos e Renováveis (DRN) (Brasil, 2006).

⁴ Estabelecido pelo Decreto nº 7.304, de 22 de setembro de 2010, e mantido pelos decretos nº 7.557, de 26 de agosto de 2011, nº 8.817, de 21 de julho de 2016, e nº 9.485, de 29 de agosto de 2018, com as mesmas divisões DREN e DRN (Brasil, 2010, Brasil, 2011, Brasil, 2016, Brasil, 2018a).



Departamento de Promoção de Energia, Recursos Minerais e Infraestrutura (DPER)⁵, incorporando aspectos relacionados à promoção comercial na área de energia. Isso resultou na dissolução da divisão dedicada exclusivamente aos recursos energéticos renováveis (Nina, 2020). Tais alterações na estrutura do Itamaraty geraram intensos debates acerca da consideração das energias renováveis na política externa. Segundo o Observatório do Clima, coalizão de organizações não governamentais (ONGs) que lutam contra o aquecimento global, “o Brasil abdica um papel de destaque que vem ocupando desde 1992 nas negociações multilaterais de desenvolvimento sustentável – um dos poucos aspectos da cena internacional em que o País é líder nato” (Observatório do Clima, 2019; Blog do Frio, 2019).

Em abril de 2020, porém, o MRE reverteu⁶ parcialmente as mudanças feitas em sua estrutura administrativa, estabelecendo o Departamento de Energia e Agronegócio, visando, como anunciado em comunicado oficial, a adaptação do órgão à conjuntura internacional. Como destacado por Saraiva e Silva (2019), isso reflete a dicotomia que caracteriza as políticas do governo Bolsonaro, que alternava entre uma abordagem conservadora e uma pragmática, representativa dos interesses de grupos domésticos como setores da agropecuária. Nesse contexto, áreas relacionadas a temas ambientais foram retomadas, estabelecendo maior ênfase da PEB a questões como o desenvolvimento sustentável ou o clima. Isso culminou na restauração de uma divisão voltada para a política externa de energias renováveis (MRE, 2022a; Climainfo, 2022). O site oficial do Itamaraty dedicado à energia⁷ enfatiza o papel da política externa para energias renováveis, destacando a promoção internacional da bioenergia como uma das principais ações e iniciativas, notadamente a Plataforma para o Biofuturo (MRE, 2022b). Atualmente, a

⁵ O Decreto nº 9.683, de 9 de janeiro de 2019, define o DPER na Secretaria de Comércio Exterior e Assuntos Econômicos, que é um órgão de assessoria ao Secretário-Geral das Relações Exteriores. O DPER era então dividido na Divisão de Promoção de Energia (DEN) e Divisão de Recursos Minerais e Infraestrutura (DRI) (Brasil, 2019).

⁶ O Decreto nº 11.024, de 31 de março de 2022, define o Departamento de Energia e Agronegócio na Secretaria de Comércio Exterior e Assuntos Econômicos (BRASIL, 2022). Eram quatro divisões: Divisão de Política Agrícola (DPAgro), Divisão de Desenvolvimento do Agronegócio (DDA), Divisão de Energia e Mineração (DEM) e Divisão de Energia Renovável (DER) (MRE, 2022c).

⁷ Página oficial em energia do Ministério das Relações Exteriores. Página publicada em 10/01/2014 e atualizada em 01/11/2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/energia>.



estrutura institucional relacionada às políticas energéticas no MRE passou por novas mudanças⁸ com o novo governo do presidente Luíz Inácio Lula da Silva (2023).

A BIOENERGIA NA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA E A PLATAFORMA PARA O BIOFUTURO

O Brasil ocupa uma posição privilegiada no mercado global de biocombustíveis, respaldado por uma robusta agroindústria sucroalcooleira e um amplo mercado interno, fatores que permitiram que o Brasil fosse o líder mundial durante a maior parte da primeira década dos anos 2000 (Fuser, 2013). A política externa do presidente Luíz Inácio Lula da Silva de 2003 a 2011 teve uma atuação significativa no campo da política externa voltada aos biocombustíveis, que instituiu o conceito de “diplomacia do etanol” (Feitosa, 2021). Além de buscar autonomia e segurança energética, as políticas energéticas dessa gestão tinham a ambição de tornar o Brasil um protagonista no setor energético (Paiva, Manduca e Berni, 2016; Ribeiro, 2015). A cooperação internacional foi de suma importância para atingir este objetivo, com destaque para as parcerias com o continente africano e o chamado “cinturão tropical” (Ribeiro, 2014).

Os debates sobre a necessidade de alternativas energéticas foram amplamente aproveitados, oferecendo ao Brasil a oportunidade de destaque do país no cenário mundial. A política externa lulista aproveitou as transformações na economia política global e a difusão de poder aos países emergentes, concentrando-se na formação de alianças em espaços multilaterais (Hirst, Lima, e Pinheiro, 2010). Neste período, o Brasil atuou em foros Multilaterais como o *Global Bioenergy Partnership* (GBEP), ao mesmo tempo em que organizou e financiou eventos internacionais temáticos. A Conferência Internacional de Biocombustíveis em 2008, organizada pelo MRE, se destacou entre estas iniciativas. O evento contou a participação de mais de 90 delegações estrangeiras e resultou no documento “*White Paper on Internationally Compatible Biofuel Standards*” (Ribeiro, 2014). Em 2007, o Grupo Ad Hoc de Biocombustíveis do MERCOSUL (GAHB) foi estabelecido por decisão do Conselho do Mercado Comum, com o objetivo de desenvolver critérios e instrumentos para implementação da cooperação regional em biocombustíveis. Nesse contexto, autoridades e empresários brasileiros tinham expectativas ambiciosas para a produção

⁸ O Decreto nº 11.357, de 1º de janeiro de 2023, define o Departamento de Energia (Brasil, 2023) O departamento é composto pela Divisão de Energia e Mineração (DEM) e a Divisão de Energias Renováveis (DER) (MRE, 2023a).



brasileira de etanol, vislumbrando a possibilidade de o etanol brasileiro substituir, em 2025, 5% de toda a gasolina consumida no mundo (Gallas, 2007).

No entanto, a expansão da produção nacional de biocombustíveis sofreu uma redução a partir de 2009, como consequência da crise mundial de 2008 e da descoberta das reservas brasileiras de pré-sal, que mudou o posicionamento do Presidente Lula para a promoção do país como um produtor e exportador de petróleo (Pereira e Viola, 2021). Já no governo da presidente Dilma Rousseff (2011-agosto de 2016), os anos subsequentes (2011-2018) formam um período caracterizado pela negligência às questões ambientais, pelo declínio do ativismo político brasileiro na governança global do clima e por padrões ambíguos no setor energético, incluindo a crise do etanol no início da década, de acordo com a análise de Pereira e Viola (2021). Em 2011, as vendas de etanol brasileiro tiveram uma queda de 25% do volume comercializado em 2008 (Fuser, 2013), enquanto o governo passou a favorecer a indústria do petróleo. Todavia, a redução destes subsídios nos anos seguintes teve um efeito positivo no setor do etanol (Pereira e Viola, 2021). Em 2015, o Brasil apresentou sua pretendida contribuição nacionalmente determinada (iNDC, na sigla em inglês) para o Acordo de Paris, destacando o uso sustentável da bioenergia entre as ações de mitigação a serem adotadas, bem como a cooperação com outros países em capacitação e transferência de tecnologia em biocombustíveis (Brasil, 2015).

Desde então, a principal iniciativa internacional relacionada à bioenergia e biocombustíveis foi a Plataforma para o Biofuturo. Lançada em novembro de 2016, no início do governo do presidente Michel Temer (setembro 2016-2018), a plataforma é uma coalizão de 20 países⁹ interessados na energia limpa e bioeconomia. Ainda, é aberta à participação do setor privado, de centros de pesquisa e de agências internacionais. Sua atuação se baseia na colaboração com agências e mecanismos internacionais, como a Agência Internacional de Energia (IEA), a Agência Internacional de Energias Renováveis (IRENA) e a Iniciativa de Energia Sustentável para Todos (SE4ALL), além de entidades setoriais de nível nacional. A Plataforma se fundamenta em dois principais pilares. O primeiro seria salientar a contribuição da bioeconomia para que os países atinjam as metas de redução de emissões de CO₂ do Acordo de Paris, principalmente em relação

⁹ Argentina, Brasil, Canadá, China, Dinamarca, Egito, Estados Unidos, Filipinas, Finlândia, França, Índia, Indonésia, Itália, Marrocos, Moçambique, Países Baixos, Paraguai, Suécia, Reino Unido e Uruguai.



ao setor de transportes. O segundo eixo é a promoção das tecnologias dos biocombustíveis avançados, como o etanol celulósico de segunda geração produzido no Brasil (Nina, 2020).

A iniciativa foi concebida no Departamento de Energia do Itamaraty, manifestando a pertinência do tema para a PEB. O Itamaraty ocupou a presidência da plataforma desde seu lançamento até 2021 (Biofuture Platform, 2021), desempenhando também o papel de facilitador interino até a sua plena implementação, que aconteceu em 2018 (Nina, 2020). A iniciativa representa, no plano internacional, as novas tentativas de projeção de poder do Estado brasileiro e, no plano doméstico, a articulação entre atores domésticos envolvidos, como o MRE, MME e outras entidades públicas e privadas, na formulação da política externa voltada para energias renováveis (Nina, 2020).

O Itamaraty desempenhou um papel ativo na organização de eventos internacionais promovidos pela Plataforma para o Biofuturo. Entre eles, destacam-se a 1ª Conferência da Plataforma para o Biofuturo em outubro de 2017, em São Paulo, e negociações significativas para o fomento ao uso de bioenergia por governos e indústrias (Nina, 2020). No ano de 2017, durante o evento de alto nível intitulado "A Plataforma para o Biofuturo e a contribuição da bioenergia para o Acordo de Paris", promovido em colaboração com o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) no contexto da COP 23, foi anunciado o documento "*Scaling up bioenergy: an urgent and vital challenge*". Esse documento delineava metas aspiracionais para 2030, além de ações e políticas recomendadas a governos, indústrias e as comunidades financeira e acadêmica (MRE, 2017; Biofuture Platform, 2017). Em 2021, já durante o governo do presidente Jair Bolsonaro (2019-2022), foi realizada a segunda edição da Cúpula para o Biofuturo de forma virtual, que contou com a participação do Departamento de Promoção de Energia, Recursos Minerais e Infraestrutura (DPER) do Itamaraty como membro do comitê organizador (Nina, 2020). Neste evento, foi anunciada a transferência da presidência da Plataforma do Biofuturo do Brasil para os Estados Unidos, enquanto o Brasil permanece integrando o grupo principal (core team) da plataforma, juntamente com nações como os Estados Unidos, Canadá, Índia, Reino Unido e Países Baixos (Biofuture Platform, 2021).



ANÁLISE DOS ACORDOS INTERNACIONAIS PARA BIOENERGIA E BIOCOMBUSTÍVEIS (2011-2022)

Para avaliar as mudanças do papel das energias renováveis na PEB, foi conduzida uma pesquisa de acordos internacionais relacionados à bioenergia utilizando a plataforma Concórdia. A plataforma Concórdia é a base de dados mantida pela Divisão de Atos Internacionais do Ministério das Relações Exteriores, englobando todos os atos internacionais firmados pelo Brasil, com mais de 10.000 documentos que abrangem o período desde 1822 (MRE, 2023b). A análise foi realizada a partir da pesquisa resultante da entrada apresentada no Quadro 1, que resultou em um total de 23 documentos. Estas definições visaram encontrar os acordos, que foram celebrados e entraram em vigor durante os governos de Dilma Rousseff, Michel Temer e Jair Bolsonaro, contemplando o período de janeiro de 2011 até dezembro de 2022.

Entrada de Pesquisa Avançada	Filtro aplicado (termos de pesquisa ou opções assinaladas)
Título do acordo	-
Texto do acordo	biocombustíveis OU bioenergia
Parte do acordo	-
Vigência do acordo	Em vigor
Signatários	-
Tipo de acordo	Bilateral, trilateral, multilateral
Publicação direta ou indireta	Direta
Emendas	-
Data	Data de Celebração entre 01/01/2011 e 31/12/2022
Documento	-

Quadro 1. Entradas na busca por pesquisa avançada na plataforma Concórdia¹⁰. Fonte: Autores.

Os 23 documentos acordos internacionais resultantes da pesquisa e analisados são apresentados no Quadro 2.

¹⁰ O filtro de publicação direta, publicações que dispensam aprovação no Congresso Nacional, não excluiu nenhum acordo durante o período analisado. O filtro de vigência do acordo excluiu quatro acordos publicados no período, sendo um com a Argentina, de 2011, superado; outro, de 2012 com a Índia, expirado; um terceiro, de 2012 com a Itália, que ainda está em tramitação; e um último, de 2014, com o Uruguai, em promulgação.



Id.	Título do Acordo	Signatário (Brasil)	Outra Parte	Celebração
A	Declaração Conjunta - Visita oficial da Presidenta da República Federativa do Brasil, Dilma Rousseff, à Presidenta da República Argentina, Cristina Fernández de Kirchner	Dilma Rousseff, Presidenta da República	Argentina	31/01/2011
B	Parceria para o Desenvolvimento de Biocombustíveis de Aviação.	Antonio de Aguiar Patriota, Ministro das Relações Exteriores; Edson Lobão, Ministro de Minas e Energia	Estados Unidos	19/03/2011
C	Declaração Conjunta sobre o Intercâmbio na Área de Combustíveis Alternativos e Tecnologias de Propulsão Inovadoras entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério Federal de Transportes, Construção Civil e Desenvolvimento Urbano da República Federal da Alemanha	Antonio de Aguiar Patriota, Ministro das Relações Exteriores	Alemanha	31/03/2011
D	Comunicado Conjunto entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China	Dilma Rousseff, Presidenta da República	China	12/04/2011
E	Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Nicarágua para Implementação do Projeto “Assessoria Técnica para Contribuir para a Promoção da Bioenergia na Nicarágua”	Antonio de Aguiar Patriota, Ministro das Relações Exteriores	Nicarágua	14/07/2011
F	Memorando de Entendimento sobre a Parceria em Aviação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América	Antonio de Aguiar Patriota, Ministro das Relações Exteriores	Estados Unidos	09/04/2012
G	Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal Democrática da Etiópia para Cooperação Técnica na Área de Agricultura	Antonio de Aguiar Patriota, Ministro das Relações Exteriores	Etiópia	23/04/2012
H	Plano Decenal de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China	Dilma Rousseff, Presidenta da República	China	21/06/2012
I	Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Tailândia sobre o Programa de Cooperação Técnica Trilateral	Antonio de Aguiar Patriota, Ministro das Relações Exteriores	Tailândia	17/08/2012
J	Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica afirmado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Executivo da República de Angola para a implementação do Programa de Parceria Estratégica de Cooperação Técnica.	Antonio de Aguiar Patriota, Ministro das Relações Exteriores	Angola	13/11/2012
L	Comunicado Conjunto da Presidenta da República Federativa do Brasil, Dilma Rousseff, e do Presidente da Federação da Rússia, Vladimir Vladimirovich Putin.	Dilma Rousseff, Presidenta da República	Rússia	14/12/2012
M	Plano de Ação da Parceria Estratégica entre a República Federativa do Brasil e a Federação da Rússia: Próximos Passos	Dilma Rousseff, Presidenta da República	Rússia	14/12/2012



N	Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Nigéria para o Estabelecimento de Mecanismo de Diálogo Estratégico	Antonio de Aguiar Patriota, Ministro das Relações Exteriores	Nigéria	23/02/2013
O	Memorando de Entendimento sobre o Estabelecimento de Diálogo Político, Econômico, Comercial e de Investimentos Bilaterais entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da República do Cazaquistão	Luiz Alberto Figueiredo Machado, Ministro das Relações Exteriores	Cazaquistão	02/10/2013
P	Declaração Conjunta da I Sessão do Mecanismo de Diálogo Estratégico Brasil Nigéria	Michel Temer, Vice-Presidente da República	Nigéria	26/11/2013
Q	Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia sobre Cooperação na Área de Meio Ambiente	Luiz Alberto Figueiredo Machado, Ministro das Relações Exteriores	Índia	16/07/2014
R	Plano de Ação do Fórum para a Cooperação Econômica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa (Macau) – Quarta Conferência Ministerial	<i>Não identificado</i> ¹¹	China, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e Timor-Leste	05/11/2013
S	Plano de Ação Conjunta entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China 2015-2021	Dilma Rousseff, Presidenta da República	China	19/05/2015
T	Memorando de Entendimento entre a República Federativa do Brasil e a República de Moçambique sobre a Cooperação na Área de Energias Renováveis	Mauro Vieira, Ministro das Relações Exteriores	Moçambique	30/03/2015
U	Memorando de Entendimento para a Promoção de Investimentos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique	Mauro Vieira, Ministro das Relações Exteriores	Moçambique	30/03/2015
V	Declaração Conjunta da República Federativa do Brasil e da Federação da Rússia sobre Diálogo Estratégico em Política Externa.	Michel Temer, Presidente da República	Rússia	21/06/2017
X	Memorando de entendimento entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina sobre cooperação na área de bioenergia, incluindo biocombustíveis	Ernesto Araújo, Ministro das Relações Exteriores	Argentina	06/06/2019
Z	Memorando de Entendimento entre a República Federativa do Brasil e a República da Índia sobre cooperação em bioenergia	Ernesto Araújo, Ministro das Relações Exteriores; Bento Albuquerque, Ministro de Estado de Minas e Energia	Índia	25/01/2020

Quadro 2. Lista dos acordos internacionais resultantes e seus identificadores (coluna Id.).

Fonte: (MRE, 2023).

¹¹ A página da web correspondente indica como signatário brasileiro Luíz Inácio Lula da Silva, na função de Presidente da República. Esta informação não corresponde com o período da assinatura, em que Dilma Rousseff era a então Presidente da República, nem com a grafia da assinatura. Como o documento não identifica o signatário, não foi possível identificá-lo.



Dos acordos identificados, a maioria (14) foi realizada com o Ministro das Relações Exteriores (MRE) atuando como signatário, enquanto 8 acordos foram celebrados pelo(a) Presidente(a) da República em exercício. Um acordo foi assinado pelo Vice-Presidente da República, Michel Temer, em 2013. Em dois dos acordos, o Ministro de Minas e Energia (MME) assinou junto ao Ministro do MRE. A Figura 1 apresenta a distribuição temporal do número de acordos celebrados ao longo dos 12 anos considerados na pesquisa.

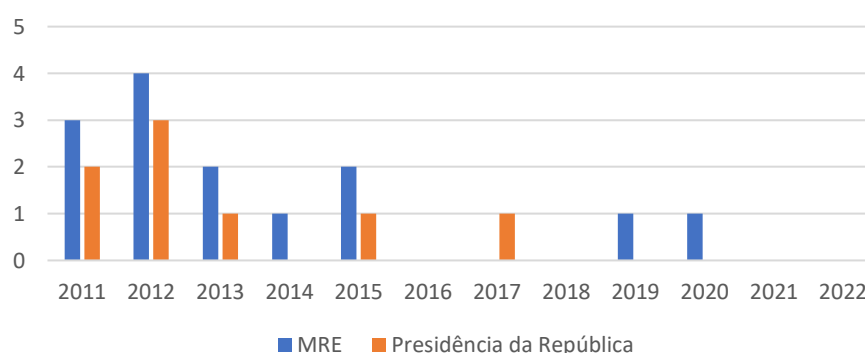


Figura 1. Número de acordos encontrados na pesquisa realizada na plataforma Concórdia por ano. As colunas em azul representam os acordos realizados pelo Ministro das Relações Exteriores como signatário, e as colunas em laranja, os acordos realizados pelo(a) Presidente(a) da República ou o Vice-Presidente. Fonte: Autores.

A Figura indica que a maioria dos acordos (20) foi assinada durante o governo de Dilma Rousseff, entre 2011 e agosto de 2016. Durante o período do governo de Michel Temer, apenas um acordo foi firmado, em 2017, e dois acordos foram firmados durante o governo de Jair Bolsonaro, em 2019 e em 2020. Em comparação, uma pesquisa na plataforma Concórdia utilizando os mesmos critérios estabelecidos no Quadro 1 para o período correspondente à administração de Luíz Inácio Lula da Silva, de 2003 a 2010, resultou em 62 acordos internacionais, quase triplicando o número de acordos identificados no período de Dilma a Bolsonaro.

Em relação às outras partes signatárias, os países com mais acordos firmados analisados nesta pesquisa foram a Rússia e a China, ambos com 3 acordos. Dentre os acordos bilaterais, 9 foram firmados com países do BRICS e outros 9 com países em desenvolvimento, 3 com países desenvolvidos e apenas 2 acordos com países da América Latina. A Figura 2 representa graficamente esta relação.



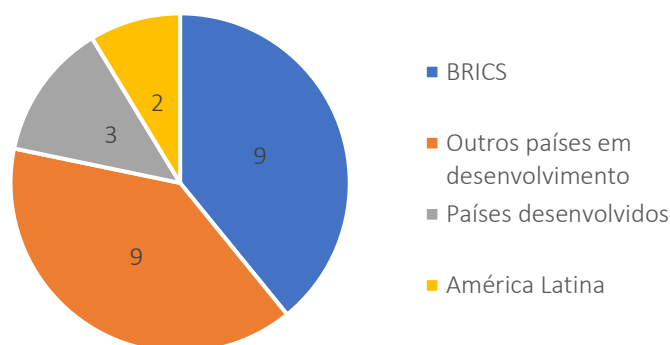


Figura 2. Quantidade de acordos firmados com países do BRICS, da América Latina, de outros países em desenvolvimento e de países desenvolvidos. Fonte: Autores.

Dentre os 23 acordos, seis acordos (acordos identificados por B, C, E, T, X e Z no Quadro 2) tratavam especificamente sobre o tema de bioenergia, sendo que todos eles tiveram o ministro do MRE como signatário. Em contrapartida, 17 acordos tratavam de assuntos mais amplos, mas abordaram alguma consideração à bioenergia, sendo os termos pesquisados mencionados ao menos uma vez no documento. Entre outros enfoques, o tema foi proposto principalmente dentro do campo de Pesquisa e Desenvolvimento, de Ciência e Tecnologia e de fomento a parcerias empresariais.

Os resultados desta pesquisa estão em concordância com algumas das tendências da PEB dos governos Dilma, Temer e Bolsonaro. A análise de acordos internacionais no setor energético realizada por Feitosa (2021) revelou que o período de maior número de acordos desde 1990 foi durante a presidência de Luíz Inácio Lula da Silva, mais especificamente entre os anos de 2005 e 2010. No entanto, o governo de Dilma Rousseff representou um período de recrudescimento na política externa, através da redução do número e da intensidade de atividades diplomáticas (Silva, 2021; Ribeiro, 2014). A diminuição do número de acordos sobre bioenergia e biocombustíveis do nos governos Dilma, Temer e Bolsonaro, como identificado neste estudo, está correlacionada a essa tendência observada na PEB.

A PEB durante o governo de Dilma Rousseff representou uma continuidade da abordagem da política externa adotada no governo Lula (Silva e Pérez, 2019). Durante esse período, o BRICS era utilizado como um dos principais instrumentos de diplomacia (Silva, 2021), o que resultou nos 7 acordos que mencionavam bioenergia ou biocombustíveis. Ainda, a PEB de Dilma era focada na articulação da cooperação Sul-Sul em termos sociais, econômicos e políticos (Silva, 2021). Nesse



contexto, todos os nove acordos com países subdesenvolvidos analisados neste estudo foram firmados durante o governo de Dilma. Destaca-se também que os dois acordos firmados com os Estados Unidos ocorreram em 2011 e 2012, no período de aproximação com o país antes do afastamento causado pela descoberta de ações de espionagem (Silva, 2022; Silva, 2021). A cooperação com a Alemanha também se destacou neste período (Feitosa, 2021), o que se apresentou nesta análise pelo acordo firmado com o país em 2011. Ainda, é importante mencionar a diplomacia realizada pelo então Vice-Presidente Michel Temer (Silva, 2021), sendo ele o signatário da “Declaração Conjunta da I Sessão do Mecanismo de Diálogo Estratégico Brasil Nigéria” em 2013.

Durante o governo Dilma, foram identificados quatro acordos que tratavam especificamente sobre bioenergia. O acordo identificado como "B" no Quadro 2, firmado com os Estados Unidos, assim como o acordo "C" com a Alemanha, focavam na cooperação técnica, científica e tecnológica na pesquisa em biocombustíveis destinados ao setor de transportes. O acordo B foi assinado pelo ministro do MME, juntamente ao ministro do MRE. Além disso, em 2011, foi estabelecido o acordo "E" com a Nicarágua, tratando da implementação do projeto “Assessoria Técnica para Contribuir à Promoção da Bioenergia na Nicarágua”, no qual o MRE é definido como o responsável brasileiro pela coordenação das ações. Outro acordo relevante é o acordo "T", de 2015, firmado com Moçambique, que visa aprofundar o diálogo em energias renováveis, com foco em bioenergia, com o objetivo de promover a cooperação e o intercâmbio técnico. Nesse acordo, tanto o MRE quanto o MME são designados como entidades coordenadoras do Grupo de Trabalho previsto.

O governo de Michel Temer teve dificuldades para retomar a projeção externa brasileira (Silva e Pérez, 2019). Neste período, a política externa hostil à América Latina, liderada pelos ministros José Serra e Aloysio Nunes, resultou no distanciamento do país dos parceiros e compromissos no âmbito do Mercosul, culminando em um isolamento regional do país (Silva, 2022; Feitosa, 2021; Silva e Pérez, 2019). A estratégia era a reorientação da PEB para o eixo Norte-Sul, retomando laços diplomáticos com parceiros tradicionais, os Estados Unidos, Japão e Europa (Feitosa, 2021). Embora a atuação com o BRICS tenha sido limitada durante o governo de Michel Temer (Silva e Pérez, 2019), o único acordo identificado por esta pesquisa foi firmado com a Rússia, em 2017.



Paralelamente, nesse período, a Plataforma para o Biofuturo estava sendo estabelecida (Nina, 2020).

O governo Bolsonaro representou uma mudança profunda na orientação da Política Externa Brasileira. Além de caracterizar-se pelo distanciamento dos processos de integração, a política externa do governo Bolsonaro voltou-se para a busca de aproximação com países desenvolvidos, ao mesmo tempo em que houve um afastamento de países em desenvolvimento, selecionando ideologicamente as parcerias internacionais (Silva, 2022). A ausência de acordos com os Estados Unidos no âmbito da bioenergia sugere que o alinhamento não resultou em colaborações em temas energéticos. Por outro lado, os acordos internacionais em bioenergia firmados durante o período foram o acordo X com a Argentina, em 2019, e o acordo Z com a Índia, em 2020. Segundo Feitosa (2021), a Argentina foi um importante parceiro do país, especialmente antes da eleição de Alberto Fernández, em 2019, quando os governos ainda tinham posicionamentos similares.

Apoiado por uma frente neoconservadora, as políticas do governo Bolsonaro apresentavam, como apontado por Saraiva e Silva (2019), uma dicotomia evidente, que oscilava entre uma abordagem conservadora, representada pelo ministro Ernesto Araújo, e uma abordagem pragmática, que representava os interesses dos militares e grupos domésticos, como setores da agropecuária. O acordo com a Argentina visava promover a produção e o uso da bioenergia em ambos os países, bem como sua inserção em mercados internacionais através de cooperação técnica e acadêmica. O MRE foi designado como um dos integrantes do Grupo de Trabalho previsto e também encarregado de coordenar as atividades, juntamente com o MME. O acordo Z, com a Índia, visava a cooperação em biocombustíveis para promover sua produção e o uso dessa energia através de atividades conjuntas e intercâmbio de informações. Mais uma vez, tanto o MRE quanto o MME foram designados para coordenar as atividades pertinentes. Ambos os acordos mencionam a colaboração e coordenação no âmbito da Plataforma para o Biofuturo, indicando que essa iniciativa desempenhou um papel na configuração da política externa referente à bioenergia e aos biocombustíveis.

Também é possível identificar, na plataforma Concórdia, a importância da bioenergia dentro do amplo tema de energia na PEB. Se aplicarmos os critérios do Quadro 1, substituindo os termos de busca "biocombustíveis OU bioenergia" por "energia", obteremos 87 resultados. Assim, os 23



documentos analisados mencionando bioenergia e biocombustíveis representam cerca de 25% dos acordos internacionais que abordam o tema de energia na plataforma Concórdia. No entanto, ao longo do período analisado, essa proporção diminuiu, conforme retratado na Figura 3. Esta tendência sugere uma redução na relevância do tema em relação ao amplo campo da energia nos acordos internacionais do Brasil.

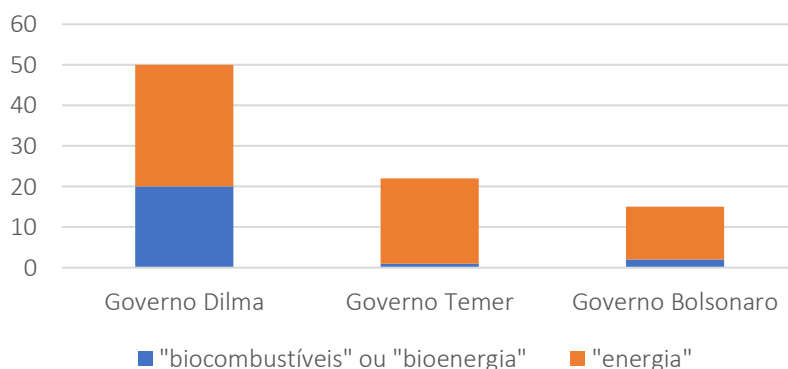


Figura 3. Relação entre o número de acordos resultantes da pesquisa para “bioenergia” e “biocombustíveis” e o total dos acordos da pesquisa para “energia”. Fonte: Autores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Política Externa Brasileira (PEB) para a bioenergia desempenhou um papel significativo na projeção internacional do país na primeira década do século XXI, especialmente por meio da diplomacia do etanol, que refletiu a liderança brasileira no mercado global de biocombustíveis à época (Ribeiro, 2014). Contudo, a produção nacional de biocombustíveis e a posição internacional brasileira no setor de bioenergia enfrentaram desafios decorrentes da crise financeira global de 2008 e a descoberta das reservas de pré-sal, que causaram uma mudança de direcionamento nas políticas energéticas do país e reduziram o impacto da bioenergia na PEB (Pereira e Viola, 2021).

A análise dos acordos internacionais relativos à bioenergia e biocombustíveis no período entre 2011 e 2022 revela uma redução no número de acordos em bioenergia. Além de se identificar a retração diplomática em relação ao governo Lula desde o governo de Dilma Rousseff, esse refreamento foi ainda mais pronunciado durante as administrações de Michel Temer e Jair Bolsonaro. Além disso, também se percebe uma redução no percentual de acordos abrangendo a bioenergia e biocombustíveis em comparação com o total de acordos relacionados ao campo da



energia. Isso indica um declínio na significância desse assunto no cenário das relações internacionais do Brasil, que se acentuou a partir de 2015.

Apesar desse enfraquecimento, o Brasil continuou a investir no mercado internacional de bioenergia por meio da criação da Plataforma para o Biofuturo em 2016. Sob a liderança do Itamaraty, o país ocupou a presidência da plataforma até 2021 e permanece como um membro integral de seu corpo central, demonstrando o comprometimento com a promoção global da bioenergia. Todavia, poucos acordos internacionais foram firmados pelo Brasil desde seu estabelecimento. Apesar de ter sido mencionada nos acordos internacionais mais recentes, são necessários mais estudos para investigar seu impacto na política externa e no mercado internacional de bioenergia.

A análise indica também os padrões da política externa brasileira para energias renováveis, corroborando tendências identificadas em estudos prévios. Durante o período do governo de Dilma Rousseff, observa-se o uso do BRICS como instrumento de diplomacia e a ênfase na cooperação Sul-Sul. Rússia e a China foram os países com o maior número de acordos firmados, além da importante presença de outros países em desenvolvimento. Os acordos com foco em energia e bioenergia buscaram promover a cooperação técnica, científica e tecnológica, visando o estabelecimento de um mercado mundial de biocombustíveis e o estímulo ao comércio bilateral na área.

As mudanças na estrutura organizacional do Ministério das Relações Exteriores a partir de 2019 refletem instabilidades e conflitos de interesses, exemplificados pela reestruturação do Departamento de Energia e pelo desmantelamento da divisão específica para energias renováveis. Embora essas políticas tenham sido revertidas no novo governo, é necessário manter um compromisso contínuo e consistente para que o Brasil retome e mantenha sua posição de destaque no cenário internacional de energias renováveis. O Itamaraty tem a oportunidade de ampliar seu potencial de ação no cenário global de energias renováveis, a depender do grau de engajamento estabelecido pelo atual governo. O desafio agora é manter a trajetória de liderança e influência no âmbito internacional, ao mesmo tempo que se adapta às transformações em curso no cenário energético global.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bataille, C.; Waisman, H.; Colombier, M.; Segafredo, L.; Willians, J. (2016). 'The Deep Decarbonization Pathways Project (DDPP): insights and emerging issues', *Climate Policy*, 16(1), pp. 1-6. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/14693062.2016.1179620> [Acesso em: 21 dez. 2023]
- Biofuture Platform (2017). *Vision Declaration: Scaling-up the low carbon bioeconomy: an urgent and vital challenge*. [online]. Disponível em: <https://biofutureplatform.org/wp-content/uploads/2022/09/Biofuture-Platform-Vision-Declaration.pdf> [Acesso em: 20 mai. 2023]
- Biofuture Platform (2021). *United States announced as Chair of multilateral Biofuture Platform during Biofuture Summit II*. [online]. Disponível em: <https://biofutureplatform.org/news/united-states-announced-as-chair-of-multilateral-biofuture-platform-during-biofuture-summit-ii/> [Acesso em: 20 mai. 2023]
- Brasil (2006). *Decreto nº 5.979 de 06 de dezembro de 2006*: Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério das Relações Exteriores, e dá outras providências. Diário Oficial da União 07/12/2006, pág. nº 5.
- Brasil (2010). *Decreto nº 7.304, de 22 de setembro de 2010*: Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério das Relações Exteriores, e dá outras providências. Diário Oficial da União 23/09/2010, pág. nº 2.
- Brasil (2011). *Decreto nº 7.557, de 26 de agosto de 2011*: Altera o Decreto nº 7.304, de 22 de setembro de 2010, que dispõe sobre a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério das Relações Exteriores. Diário Oficial da União 29/08/2011, pág. nº 3.
- Brasil (2015). *Pretendida Contribuição Nacionalmente Determinada para consecução do objetivo da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima*. Disponível em: www.itamaraty.gov.br/images/ed_desenvsust/BRASIL-iNDC_por-tugues.pdf [Acesso em: 20 mai. 2023]



Brasil (2016). *Decreto nº 8.817, de 21 de julho de 2016*: Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério das Relações Exteriores, remaneja cargos em comissão e funções gratificadas e substitui cargos em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superior-DAS por Funções Comissionadas Técnicas do Poder Executivo Federal - FCPE. Diário Oficial da União 22/07/2016, pág. nº 1.

Brasil (2018a). *Decreto nº 9.485, de 29 de agosto de 2018*: Altera o Decreto nº 8.817, de 21 de julho de 2016, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério das Relações Exteriores, remaneja e transforma cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e Funções Comissionadas do Poder Executivo – FCPE. Diário Oficial da União 30/08/2018, pág. nº 1.

Brasil (2018b). *Decreto nº 9.601 de 05 de dezembro de 2018*. Altera o Decreto nº 3.520, de 21 de junho de 2000, que dispõe sobre a estrutura e o funcionamento do Conselho Nacional de Política Energética - CNPE. Diário Oficial da União 06/12/2018, pág. nº 4.

Brasil (2019). *Decreto nº 9.683, de 9 de janeiro de 2019*: Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério das Relações Exteriores, remaneja cargos em comissão e funções de confiança e transforma Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE. Diário Oficial da União 10/01/2019, pág. nº 1.

Brasil (2022). *Decreto nº 11.024 de 31 de março de 2022*: Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério das Relações Exteriores e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança. Diário Oficial da União 01/04/2022, pág. nº 16.

Brasil (2023). *Decreto nº 11.357, de 1º de janeiro de 2023*: Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério das Relações Exteriores e remaneja cargos em comissão e funções de confiança. Diário Oficial da União 01/01/2023, pág. nº 254.



Blog do Frio (2019). *Itamaraty extingue área de clima e energia renovável*. [online]. Disponível em: <https://blogdofrio.com.br/itamaraty-extingue-area-de-clima-e-energia-renovavel/> [Acesso em: 20 mai. 2023]

Climainfo (2022). *Em sinalização externa, Itamaraty ressuscita escritório para assuntos de clima*. Disponível em: <https://climainfo.org.br/2022/04/03/em-sinalizacao-externa-itamaraty-ressuscita-escritorio-para-assuntos-de-clima/> [Acesso em: 20 mai. 2023]

EPE (2023). *Anuário Estatístico de Energia Elétrica 2023*. Disponível em: www.epe.gov.br/pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/anuario-estatistico-de-energia-eletrica [Acesso em: 13 ago. 2023]

Feitosa, L. M. (2021). *A diplomacia energética brasileira à luz dos atos internacionais: atores e parceiros (1990-2020)*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e Relações Internacionais/Universidade Federal Da Paraíba, [online]. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/21026> [Acesso em: 20 mai. 2023]

Fuser, I. (2013). *Energia e relações internacionais*. São Paulo: Editora Saraiva.

Graaf, T. V. De; Zelli, F. (2016). 'Actors, Institutions and Frames in Global Energy Politics', in Graaf, Thijs Van de; Sovacool, Benjamin K.; Ghosh, Arunabha; Kern, Florian; Klare, Michael T. (eds.), *The Palgrave Handbook of the International Political Economy of Energy*. London: Palgrave Macmillan, pp. 47-71, [online]. Disponível em: https://doi.org/10.1057/978-1-137-55631-8_2 [Acesso em: 21 dez. 2023]

Gallas, D. (2007). *BBC Brasil Etanol do Brasil pode substituir 5% da gasolina até 2025, diz governo*, [online]. Disponível em: www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2007/03/070322_etanol_estudo_dg [Acesso em: 18 ago. 2023]

Griffiths, S. (2019). 'Energy diplomacy in a time of energy transition'. *Energy Strategy Reviews*, 26, [online]. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.esr.2019.100386> [Acesso em: 21 dez. 2023]



Hirst, M.; Lima, M. R. S. de; Pinheiro, L. (2010) 'A política externa brasileira em tempos de novos horizontes e desafios'. *Nueva Sociedad*, p. 22-41, [online]. Disponível em: <https://nuso.org/articulo/a-politica-externa-brasileira-em-tempos-de-novos-horizontes-e-desafios/> [Acesso em: 20 mai. 2023]

IRENA (2023). *Capacity and Generation: Country Rankings*. Disponível em: www.irena.org/Data/View-data-by-topic/Capacity-and-Generation/Country-Rankings [Acesso em: 13 ago. 2023]

Maitino, M.E.; Venerando, K.R. da S. (2023). 'A tradição de se renovar: propostas de reforma do Itamaraty sob Bolsonaro'. *CEBRI-Revista: Brazilian Journal of International Affairs*, 2(5), pp. 147-167, [online]. Disponível em: <https://cebri-revista.emnuvens.com.br/revista/article/view/89>. [Acesso em: 21 dez. 2023]

Medeiros, D. M. (2011). 'A Energia como Variável Estratégica da Política Externa Brasileira'. *Anais do III Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais*, São Paulo.

MRE (2017). *Anúncio da Declaração de Visão da Plataforma para o Biofuturo – Bonn*, [online]. Disponível em: www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/anuncio-da-declaracao-de-visao-da-plataforma-para-o-biofuturo-plataforma-para-o-biofuturo-bonn-16-de-novembro-de-2017 [Acesso em: 20 mai. 2023]

MRE (2022a). *Nota à imprensa nº 56: Nova Estrutura Regimental do Itamaraty*. Disponível em: www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/nova-estrutura-regimental-do-itamaraty/ [Acesso em: 20 mai. 2023]

MRE (2022b). *Energia*. Disponível em: www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/energia [Acesso em: 20 mai. 2023]

MRE (2022c). *Organograma MRE 2022*. Disponível em: www.gov.br/mre/pt-br/arquivos/documentos/administrativo/organograma_mre_2022.pdf/ [Acesso em: 20 mai. 2023]



MRE (2023a). *Organograma MRE 2023*. Disponível em: www.gov.br/mre/pt-br/arquivos/documentos/administrativo/25-01-organogram-2023-completo-final.pdf [Acesso em: 20 ago. 2023]

MRE (2023b). *Concórdia: Acervo de atos internacionais do Brasil*. Disponível em: <https://concordia.itamaraty.gov.br/> [Acesso em: 20 mai. 2023]

MME, EPE (2023). *Relatório Síntese Balanço Energético Nacional 2023 – Ano base 2022*. Disponível em: www.epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/PublicacoesArquivos/publicacao-748/topico-681/BEN_S%C3%ADntese_2023_PT.pdf [Acesso em: 13 ago. 2023]

Montenegro, R. H.; Paiva, I.; Feitosa, L. M. (2020). 'O lugar das fontes renováveis no relacionamento do Brasil com os "RICS" na área de energia: uma análise da agenda bilateral e das declarações de cúpula (1990-2018)'. *Conjuntura Austral*, 11(53), pp. 139-160, [online]. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/2178-8839.97553> [Acesso em: 21 dez. 2023]

Nina, Alexandre Mendes. (2020). *A Diplomacia Brasileira e a Segurança Energética Nacional*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão.

Observatório do Clima (2019). *Extinção da área de clima do Itamaraty é medida ideológica e antipatriótica*. Disponível em: www.oc.eco.br/extincao-da-area-de-clima-itamaraty-e-medida-ideologica-e-antipatriotica/ [Acesso em: 20 mai. 2023]

Paiva, I.; Manduca, P. C.; Berni, M. (2016). 'Política Externa Brasileira e Biocombustíveis na América Latina: Análise dos acordos de cooperação assinados pelo Brasil na região'. 54º *Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural*, Maceió, pp.89-95, [online]. Disponível em: www.ccsa.ufpb.br/gesene/contents/documentos/publicacoes/sober-2016-arquivo-2-com-identificacao-politica-externa-brasileira-e-biocombustiveis-na-america-latina-analise-dos-acordos-de-cooperacao-assinados-pelo-brasil-na-regiao.pdf [Acesso em: 20 mai. 2023]



Pereira, J.C.; Viola, E. (2021). 'Brazilian climate policy (1992–2019): an exercise in strategic diplomatic failure'. *Contemporary Politics*, 28(1), p. 55-78, [online]. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13569775.2021.1961394> [Acesso em: 21 dez. 2023]

Ribeiro, R. A. (2014). *Inserção internacional e energia: a política externa de Lula para biocombustíveis*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política/Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: www.bdt.d.uerj.br/handle/1/12490 [Acesso em: 20 mai. 2023]

Ribeiro, R. A. (2015). 'A Energia na Política Externa Brasileira'. *Núcleo de Estudos Internacionais Brasil-Argentina (NEIBA)*, IV (1), pp. 45-58, [online]. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/neiba/article/view/13837> [Acesso em: 21 dez. 2023]

Saraiva, M.; Silva, Á. (2019). 'Ideologia e pragmatismo na política externa de Jair Bolsonaro'. *Dialnet*, (64), pp. 117-137, [online]. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7518974> [Acesso em: 20 mai. 2023]

Silva, A. L. R. da. (2021). 'Retraction or consolidation? The follow-up phase in Dilma Rousseff's foreign policy (2011-2016)'. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 64(1), pp. 1-22, [online]. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-7329202100112> [Acesso em: 21 dez. 2023]

Silva, André Reis da. (2022). 'De Dilma a Bolsonaro: as transformações matriciais na política externa brasileira'. *Interacción Sino Iberoamericana*, 2(1), pp. 1-26, [online]. Disponível em: <https://doi.org/10.1515/sai-2022-0007> [Acesso em: 21 dez. 2023]

Silva, A. L. R.; Pérez, J. O. (2019). 'Lula, Dilma, and Temer: The Rise and Fall of Brazilian Foreign Policy'. *Latin American Perspectives*, 46(4), pp. 169–185, [online]. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0094582X19846521> [Acesso em: 21 dez. 2023]

